

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE ESCOLA QUILOMBOLA EM PENEDO – (RE) CONSTRUINDO IDENTIDADES

Anderson Silva Santos^{1*}, Valéria Campos Cavalcante², Nayanne Lima Alves³

1*. *Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas/ U.E Penedo (santos.andersonsilva.02@gmail.com), 2. Professora Orientadora UFAL/ U. E. Penedo (valeria.cavalcante@penedo.ufal.br), 3. Estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas/U. E. Penedo (naylinda100@hotmail.com).*

RESUMO

A construção deste artigo foi baseada num recorte da pesquisa intitulada “Cultura, Tradição e Identidade: Interface Universidade e Comunidade Quilombola”, concluído no ano de 2017. O objetivo do projeto foi colaborar na reestruturação do Projeto Político Pedagógico da Escola Quilombola que iremos definir como *Dandara*, localizada no Bairro Senhor do Bonfim, uma comunidade quilombola urbana, situada na cidade de Penedo, Alagoas. Usamos como base metodológica, a pesquisa colaborativa – interventiva, onde possibilitou o envolvimento de professores e estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas /UFAL – U. E Penedo e a comunidade escolar referida. Vimos a urgência em discutir sobre a identidade negra dentro da comunidade, uma vez que os moradores, sobretudo os jovens e os estudantes da Universidade, não se reconheciam como quilombolas. Dentro do espaço escolar, foi possível (re)fazer o Projeto Político Pedagógico levando em consideração os aspectos como os valores culturais, sociais, históricos e econômicos desta comunidade. Neste contexto, compreendemos, ainda, que a Escola Quilombola deve estimular os estudantes remanescentes, bem como toda comunidade a compreender e lutar por seus direitos na construção de uma consciência de seus direitos como quilombolas, entre eles, direito às identidades étnico-raciais, à terra, ao território e à educação. Enfatizamos que estas ações fortalecem o processo de Educação Democrática, numa perspectiva colaborativa, permitindo um *momentum* de ação-reflexão-ação entre os envolvidos que vivenciaram as articulações teórico-práticas, criando desta maneira, táticas que auxiliem os sujeitos da comunidade escolar, que fora por um longo tempo, silenciada, a buscarem por uma educação identitária e emancipatória.

Palavras Chave: Projeto Político Pedagógico, Escola Quilombola, Identidade Negra.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa “Cultura, Tradição e Identidade: Interface Universidade e Comunidade Quilombola”, que buscou auxiliar a Escola *Dandara* no processo de instauração da autonomia da escola durante a refacção do Projeto Político Pedagógico, sobretudo, no (re)conhecimento da identidade negra dentro do contexto histórico-cultural, o qual pertence esta comunidade escolar.

Para a realização da ação, participaram os discentes da Universidade Federal de Alagoas do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - U. E Penedo e a escola citada. Inicialmente, percebemos a necessidade de dialogar com a escola uma vez que identificamos muitos moradores, inclusive estudantes da Universidade, que não se reconheciam como quilombolas.

A comunidade quilombola de Oitero /Penedo – AL, tem seu perfil histórico similar a tantas outras comunidades remanescentes Quilombolas, diante da ausência de discussões referente à identidade quilombola.

Esta comunidade, tem sua composição, famílias que possuem um alto grau de parentesco entre a maioria de seus habitantes. As famílias da comunidade são de baixa renda, muitas destas beneficiárias do programa do governo Federal “Bolsa Família”.

Em relação ao nível de escolaridade, há um percentual de 20% de moradores que possuem o Ensino Fundamental incompleto, 20% tem o Ensino Médio completo, 35% são considerados analfabetos e somente 5% possuem o Ensino Superior. Vale destacar ainda que a taxa de analfabetismo é muito grande entre os sujeitos acima dos 40 anos. Muitos adultos conseguem realizar leituras no seu cotidiano, mas não são proficientes e, em sua grande maioria, não concluíram os estudos.

Sobre os aspectos culturais, constata-se a presença de terreiros de candomblé, danças, ritos religiosos, todos são mantidos de maneira sem que se reflita sobre os valores e tradições familiares de população de etnia negra, uma vez que se percebe uma forte resistência de muitos moradores de aceitar o fato de ser quilombola.

Adotando uma abordagem metodológica da pesquisa colaborativa em que foram propostos encontros e discussões sobre PPP Quilombola com a comunidade escolar da escola Dandara, compreendemos que ela, dentro desta nova perspectiva de educação emancipatória, deve assumir o compromisso social de trazer a história da comunidade e a sua realidade para sala de aula.

Ela deve agir de maneira harmoniosa com a comunidade envolvida propiciando junto aos educandos, a valorização da identidade quilombola respeitando seus costumes, suas crenças e sua cultura, compreendendo, pois, que os valores de uma comunidade devem ser transferidos de uma geração à outra. Destacando que, por meio da educação serão preservados e lembrados a história cultural da comunidade onde se localiza a escola quilombola.

Dentro deste contexto, enfatizamos a importância de que as escolas inseridas nas comunidades quilombolas possuam um Projeto Político Pedagógico (PPP) efetivamente Quilombola.

2. Percurso Metodológico

O artigo aqui explicitado instaura uma possibilidade da escola em tela de rever a sua identidade de comunidade Quilombola e instalar uma autonomia construída e dialogada. Para tanto, auxiliamos a referida escola na construção de um projeto político pedagógico que teve como base, o diálogo crítico e reflexivo de experiências da cotidianidade dos seus participantes, de seus sonhos, anseios e vivências acumuladas.

Optamos pela investigação qualitativa, adotando uma abordagem metodológica da pesquisa colaborativa (DESGAGNÉ, 2007; IBIAPINA, 2008). Entendemos, portanto, o espaço da escola quilombola como lugar praticado (CERTEAU, 2008), por professores da escola, professores da universidade e estudantes, entre outros sujeitos, que romperam com as suas estabilidades para irem ao encontro de outras possibilidades de (re)pensar o PPP de uma escola quilombola.

Esta pesquisa aconteceu em uma escola quilombola situada na comunidade do Oitero – Penedo/ Alagoas. Compreendemos que, a escola, enquanto instituição educativa tem um papel relevante dentro da comunidade, sobretudo, como espaço de resgate e valorização da cultura quilombola.

No espaço escolar as relações estabelecidas pelos envolvidos na pesquisa foram de sujeitos ativos. Nesse sentido, todos os envolvidos na pesquisa Cultura, Tradição e identidade: Interface Universidade e Comunidade Quilombola “[...] foram [atores], reconhecidos em seus discursos [...]” (FERRAÇO, 1999, p. 4). Nessa direção, Certeau (2008, p.32) nos diz que o cotidiano “[...] é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior”. Entendemos que tanto o cotidiano como os sujeitos do projeto são produtos e produtores socioculturais. Sendo assim, a sala de aula é /foi compreendida como um *espaçotempo* que amplia saberes dos estudantes.

Percebemos ainda que no currículo da instituição não se permitia diálogos interdisciplinares que permitissem aos educandos, na sua grande maioria remanescentes do Quilombo do Oitero, na re/construção e reconhecimento de sua identidade afrodescendente. A sala de aula foi compreendida como espaço que amplia os conhecimentos dos estudantes, lugar de diálogos, de permanentes inovações, sendo esta uma possibilidade de criação de relações mais ecológicas, entre diferentes conhecimentos.

Metodologicamente, as sessões de estudos, enquanto espaço de diálogo teórico-prático, aconteciam sempre após as sessões reflexivas sobre os fundamentos do PPP quilombola. Durante estas sessões, os saberes e as lacunas sobre os aspectos teórico-metodológicos da

educação quilombola foram sendo discutidos por nós, juntamente, com toda a comunidade escolar, partícipes da investigação. E, em meio ao diálogo colaborativo, fomos definindo quais seriam os temas dos estudos teóricos das próximas sessões de estudo.

3. Escola Quilombola – perspectiva e possibilidades

Os Quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil (SIQUEIRA, 1995, pag. 3).

Por ser um quilombo urbano, a comunidade do Oitero, apresenta algumas especificidades que se aproximam de um bairro não-quilombola. Porém, compreende-se que as relações étnico-raciais devem ser discutidas nas escolas públicas, sobretudo, nas escolas inseridas nas comunidades quilombolas. Devemos, portanto, conhecer e implementar as ações afirmativas, para que os sujeitos possam vivenciar igualdade de oportunidades nesta sociedade tão excludente. Neste sentido, Gomes apud Munanga (2005), enfatiza que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-la em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade (GOMES *apud* MUNANGA, 2005, p. 147).

Nesse contexto, compreende-se que a Escola Quilombola deve estimular os estudantes remanescentes, bem como toda comunidade a compreender e lutar por seus direitos na construção de uma consciência de seus direitos como quilombolas, sendo eles: direito às identidades étnico-raciais, à terra, ao território e à educação. Assim, no espaço escolar quilombola há que se colocar no Projeto Político Pedagógico, conceitos sobre identidade étnico-racial fundamentado nas memórias, tradições e histórico de resistência, violência e sequelas de preconceitos na vivência desse povo.

Seguindo esta mesma concepção, as escolas oriundas do seio quilombola tiveram sua regulamentação a partir do surgimento das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012 que por sua vez possibilitou que as escolas inseridas na própria comunidade trabalhassem em seu currículo os aspectos voltados para a educação quilombola, objetivando o empoderamento dos membros dessa comunidade, proporcionando a continuidade dessa cultura ancestral. (CAMPOS, 2017)

Este avanço das políticas públicas direcionadas a educação dessas comunidades anteriormente mencionadas, teve seu auge em 1980 com a formalização da Escola Quilombola, recebendo apoio importante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ (CAMPOS, 2017).

Estes fatores são contribuidores para a construção de um sentimento de pertencimento frente aos elementos elencados anteriormente, que são de suma importância para que os mesmos se apropriem de seus direitos.

Voltando ao campo da Educação, o direito à educação quilombola foi por muito tempo negligenciando em virtude das violências e desigualdades em todo processo histórico desta comunidade. Entretanto, a inserção da Escola Quilombola, como já foi mencionada, possibilita que vários estigmas sejam quebrados junto a sociedade.

3.1. Projeto Político Pedagógico da escola quilombola – Construindo identidades

Inicialmente, se faz necessário que compreendamos a etimologia da palavra projeto que por sua vez tem suas origens do latim “projectu” que tem por significado “lançado para adiante”. A compreensão desta palavra está ligada a uma perspectiva de ação futura, planos e desígnios, ações que são tomadas além do tempo presente de maneira organizada (SOUZA, 2014).

O PPP constitui-se de um aparato teórico-metodológico que objetiva intervir e trazer mudanças na percepção da gestão educacional. Dentro desta perspectiva, Veiga (2004) concorda que o Projeto Político Pedagógico transcende as dimensões táticas pedagógicas, se tornando um documento de ação coletiva, com a capacidade de articular a escola frente a compromissos sócio-políticos, objetivando atender os interesses da coletividade. Este fazer torna-se possível apenas mediante a participação dos sujeitos envolvidos: professores, equipe técnica, alunos, pais e a comunidade.

Seguindo estas concepções, o PPP da escola quilombola tem que ser construído abrangendo valores e interesses das populações quilombolas. No que diz respeito aos seus

saberes e tradições, tal como preconiza a Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, em seu art. 35:

- I- garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;
- II- implementar a Educação para as Relações Étnico-raciais e o Ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/03, e da resolução CNE/CP nº1/2004.
- III- reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana. (...)
- IV- garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importante eixo norteador do currículo. [...] (BRASIL, 2012, p. 34-35)

Avaliando esse contexto e considerando uma Gestão Escolar Democrática, na escola quilombola, é necessário que se garanta a participação das comunidades nas decisões da escola, a fim de que assumam o papel de corresponsáveis na construção de um projeto pedagógico que vise garantir a resistência dos povos negros diante das exclusões a que são expostos.

Conforme afirma Veiga (2004, p.12), “[...] ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado as autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve os indivíduos presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola.

Seguindo esta educação democrática libertadora, há que se pensar que cada escola quilombola possui uma identidade própria, uma história que possibilita definir quais as estratégias mais adequadas para inovação das ações pedagógicas de seu contexto. Necessita-se, portanto, construir um Projeto Político Pedagógico (PPP) que possa narrar a cotidianidade das vivências de cada comunidade, contemporizar as ações pedagógicas e uniformizar o pensamento dos vários atores que se destacam neste cenário. Concordando com Munanga (2012, p. 4), entendemos que:

O conceito de identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc... com os quais ele mantém relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática.

Compreende-se, portanto, a importância de pensar em um Projeto Político Pedagógico das escolas quilombolas de maneira integrada, capaz de abraçar a coletividade e interagir com os aspectos sociais agentes de mudança dentro do cenário escolar.

3.2. Caracterização da Escola

A Escola Municipal de Educação Básica *Dandara* está localizada na comunidade quilombola, zona urbana do município de Penedo/Alagoas, cidade localizada na microrregião do Baixo São Francisco foi fundada em 26 de fevereiro de 1985 pelo prefeito em exercício Tancredo Pereira. Está situada na Rua Santo Antônio, s/n, Bairro Senhor do Bonfim. A escola recebeu este nome em homenagem a uma freira que prestou relevantes serviços à comunidade penedense, especialmente a esta comunidade.

A escola oferece duas modalidades de ensino: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e os anos finais (do 6º ao 9º ano), nos turnos matutino e vespertino, organizada em séries anuais. É importante ressaltar que os estudantes da escola são oriundos principalmente da comunidade do Oitero e adjacências.

Esses alunos têm como responsáveis agricultores, domésticos/as diaristas, pedreiros e há aqueles que são assistidos pelas bolsas família do Governo Federal como é o caso do Bolsa-Família. Estes que sobrevivem da assistência governamental formam o maior contingente escolar. Concluímos nestas observações que a escola acaba se tornando um local de encontro e relações sociais, assim a escola torna-se um espaço democrático de convivência.

No tocante ao quadro de funcionários, a escola conta 49 profissionais. O apoio técnico administrativo de é formado por 12 funcionários, sendo dois agentes administrativos, sete auxiliares de serviços gerais, três vigilantes, uma secretária escolar e 34 profissionais que compõe o corpo docente. A gestão da escola é formada por uma diretora, uma vice-diretora e uma coordenadora pedagógica.

3.3. Ações metodológicas para construção coletiva do projeto político pedagógico

Considerando a legislação, fortalecida ao mesmo tempo, pelo compromisso social da escola pública, compreende-se que ao construir o Projeto Político Pedagógico da escola quilombola é necessário ouvir a comunidade, pois a memória do povo negro precisa ser

escrita, estudada e revelada, para que as novas gerações quilombolas conheçam, respeitem e valorizem suas tradições.

Todos estes aspectos serão importantes para a formação de identidade individual e/ou coletiva dos alunos da comunidade. Nesse sentido, Moura (2007, p.6) destaca que:

A grande diferença que se deve destacar entre a transmissão do saber nas comunidades negras rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo, fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e não formal e, no segundo, o saber nem sempre está referenciado na experiência do aluno.

Assim, o PPP da escola quilombola deve ser construído com um olhar para diversidade cultural. De acordo o que está exposto em lei sobre a atribuição dos currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola, o documento traz algumas determinações como:

Art.34. O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos. (BRASIL, 2012, p. 34)

A escola possui um universo de diferenças que resultam das ações dos seus atores. O Projeto Político Pedagógico tem três eixos que são bastante interligados. Estes devem ser entendidos como relacionados e interdependentes entre si, necessitando ser avaliados permanentemente. Com essa concepção, Vasconcellos (2006, p.22) explicita que:

No processo de mudança da realidade, apesar de haver maior solicitação de como uma pressa em se chegar logo ao o que fazer, não podemos perder de vista a necessária articulação entre a finalidade do trabalho (Marco Referencial), a análise da realidade (Diagnóstico) e as mediações propostas (Programação), pois uma mediação pode ser totalmente equivocada se não conhecermos bem a realidade em que iremos atuar ou se não tivermos clareza dos objetivos.

Neste contexto, o primeiro movimento na construção do Projeto Político Pedagógico foi realizado encontros com toda a comunidade escolar.

Nas sessões de reflexões a comunidade escolar teve oportunidades de discutir as dificuldades encontradas em sua prática. Nesses momentos, os envolvidos expunham as

limitações de conhecimento em relação a legislação específica sobre questões Afro e sua aplicabilidade na escola.

Dessa forma, poder-se-á inferir que a investigação colaborativa se constituiu como uma possibilidade de a comunidade escolar compreender o papel e a relevância do diálogo universidade-escola como imprescindível na formação continuada. Refletir e perceber mudanças na prática nos parece ser uma das grandes contribuições da investigação colaborativa num cenário de negação de propostas de formação em contexto escolar. Isso demonstrou que as sessões de estudo e de reflexão realizadas pela pesquisa ofereceram para toda a comunidade escolar uma nova construção de ação-reflexão-ação, a partir das leituras e da apreensão e análise crítica das experiências que foram problematizadas.

Isto gerou uma multiplicidade de sentidos atribuídos à “competência de ator em situação” (DESGAGNÉ, 2007) manifesta, ou seja, a compreensão de que o docente constrói situações práticas no interior das quais se desenvolve (DESGAGNÉ, 2007). Desse modo, a cada momento vivido na pesquisa fomos entendendo que os processos de significar e (res)significar o saber na escola quilombola envolve a (des)construção e (des)naturalização de valores, crenças e propósitos associados àquilo que está a ser, ou não, (res)significado. Em muitos momentos, os *praticantespensantes* da escola demonstraram compreender a necessidade de mudança no currículo da escola quilombola.

Na escola quilombola podemos perceber que todo coletivo estava disposto a construir culturas colaborativas ou romper com a cultura do isolamento profissional. Desta forma, o que pode ser significado e (res)significado, durante as aulas de leitura, depende das condições organizativas e objetivas do trabalho necessário para que o professor possa construir saberes, além de uma política pública de formação.

Neste sentido, percebemos a coletiva da escola quilombola *Dandara*, através da (re)construção do seu PPP conseguiu construir uma identidade própria, uma história que lhes possibilitou definir quais as estratégias mais adequadas para inovação das ações pedagógicas de seu contexto. Considerando este panorama, compreende-se a importância de se construir nas escolas quilombolas as dimensões de um Projeto Político Pedagógico de maneira integrada, capaz de abraçar a coletividade e interagir com os aspectos sociais agentes de mudança, dentro do cenário escolar.

Considerações Finais

Esta pesquisa surgiu como possibilidade de auxiliar a escola quilombola *Dandara* em reconstruir seu Projeto Político Pedagógico, considerando neste sentido, que a referida escola

não possuía um PPP não contemplava a sua realidade, uma vez que não tratava da comunidade na qual está inserida. Entendemos que este foi um ponto crucial para o resgate da identidade uma vez que esta escola, forma os cidadãos da comunidade.

Retomando os pressupostos da investigação colaborativa por meio de diálogos reflexivos entre universidade-escola no qual os sujeitos partícipes (com)partilham e (res)significam saberes. Neste aspecto entendemos que os processos de *pesquisaformação* dentro do espaço da escola quilombola permitiu ao coletivo novas formas de olhar para PPP e o currículo escolar.

Nesse cenário, a comunidade escolar, aos poucos, foi inserindo-se no mundo da pesquisa colaborativa e percebendo que o diálogo universidade-escola é possível e assume um papel formativo para todos os sujeitos envolvidos na investigação. Tudo isso fora evidenciado nas narrativas/reflexivas desses sujeitos, entre as contribuições, a inserção na pesquisa implicou em: ampliação de saberes sobre a natureza e especificidade do fazer uma pesquisa colaborativa.

Considerando as ações da pesquisa, podemos perceber que serviu para todos nós como exercício consciente da cidadania, em um processo formativo que configura-se como atividade humana desenvolvida de forma intencional e diretiva por sujeitos mediatizados pelo mundo, em um determinado contexto social, ou seja momentos de conscientização que podem contribuir para a tomada de uma autêntica consciência para superar as visões parciais e fragmentárias da realidade em que estão inseridos.

Referências Bibliográficas

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília: Editora do Brasil, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: outubro de 2009.

CAMPOS, Margarida Cássia. **A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. REVISTA NERA – ANO 20, Nº. 35 – JANEIRO/ABRIL DE 2017 – ISSN: 1806-

6755. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4894/3688>>
Acesso em 28/02/2018.

CAVALCANTE, Valéria Campos. **Identidades negras no currículo de uma escola quilombola: por que contar histórias?** 102 Revista Humanidades e Inovação v.4, n. 3 – 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/385-1-1902-1-10-20171027%20(1).pdf. Acesso em 28/02/2018

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 3ª ed. Petrópolis.

DESGAGNÉ, S. **O conceito de pesquisa colaborativa: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos**. Revista Educação em Questão. Natal, v. 29, n. 15 pp. 7-35, maio-agosto 2007.

FONSECA, Marília. (Org.). **Dimensões do projeto político- pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas: Papirus, 1998.

FONSECA, Marília. **As tendências da gestão na atual política educacional brasileira**. Rio de Janeiro: Editora DPA, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
IBIAPINA, I. Mª L. de M. Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Líber Livro editora, 2008.

KEMMIS, S. AND MCTAGGART, R. (eds) (1988) **The action research planner**, 3rd. Ed. Victoria: Deakin University.

KENSKY, VANI Moreira. **A profissão do professor em um mundo em rede: Exigências de hoje, tendências e construção do amanhã: Professores, o futuro é hoje**. Rio de Janeiro, tecnologia educacional, v.6, n143, out./nov.1998. p. 17.

LIBANEO. José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1990.

LIMA, Elvira Souza. **A função antropológica do ensino**. Nova Escola, a revista do professor, São Paulo: abril, n138, p.p.9-11, dez 2000.

MOURA, Gloria. **Educação Quilombola**. Salto Para o Futuro. ISSN 1518-3157, 2007.
Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf>>. Acesso em: 28/02/2018.

MUNANGA, Kapenguelê. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. Departamento de Antropologia da USP, 2018, p.13. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>. Acesso em 15/08/2018.

MUNANGA, Kapenguele. Apresentação. In: MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005.

PARO, Vitor. **A gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PILETTI, Nelson. PILETTI Claudino. **História da Educação**. 7 Edição: São Paulo:Ática,1997.

SANTOS, Michele Veríssimo; VIEIRA, Cleverson; SANTOS, Janayana Paula de Lima de Souza. **Projeto Político Pedagógico de uma escola quilombola: (Re)construindo identidades negras no município de Penedo/AL**. 2017. Disponível em < http://http://anais.educonse.com.br/2017/projeto_politico_pedagogico_de_uma_escola_quilombola_reconstruind.pdf> Acesso em 27/07/2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras aproximações**. (3 ed.). São Paulo:Editora Cortez,1986.

SOUZA. Hilma de Pinho. **O ensino do negro e a história de afrodescendentes no Brasil nos séculos xx e xxi e as políticas públicas de ações afirmativas de inclusão da diversidade sociocultural**. Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de Outubro de 2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 17, p.380-393.

VASCONCELOS, Celso Santos. **Coordenação do trabalho Pedagógico: Do Projeto Político Pedagógico ao cotidiano de sala de aula**. (6ª edição) São Paulo, Editora Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma PASSOS. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível (10ª edição)**. Campinas, SP: Editora Papirus, 2004.
Vozes, 2008.

_____. **A. Escola: Espaço do Projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998. Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico.

_____. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Caderno CEDES, vol. 23 n 61, Campinas, Dec.2003.